FACULDADE EFICAZ
Fazendo parte da sua história!

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

DIFICULDADE NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGRÍCOLA DE CAMPO MOURÃO: UM ESTUDO DE CASO [1]

SOLOVI, Silvana Valério[2]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo relatar as dificuldades de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e procurar possíveis respostas de porquê isso ocorre no CEEPA de Campo Mourão. A metodologia usada foi uma pesquisa exploratória realizada através de pesquisa documental bibliográfica, entrevista à equipe pedagógica e ao corpo docente da referida escola. Atualmente a escola possui 8 alunos com necessidades educacionais especiais e concluiu-se que o motivo das dificuldades de inclusão dos mesmos são: os professores declararem não ter maiores informações de como fazer a inclusão, e assim mudar a sua estratégia de ensino para que a inclusão realmente se efetive; a relutância de alguns em mudar aquilo que já está posto; dificuldade de alguns alunos com necessidades educacionais especiais aceitarem suas próprias dificuldades.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais. Campo Mourão.

ABSTRACT*: This article aims to report the difficulties of inclusion of pupils with special educational needs and look for possible answers why this occurs in CEEPA of Campo Mourão. The methodology used was an exploratory survey through literature documentary research, interview with the teaching staff and faculty of that school. Currently the school has 8 students with special educational needs and it was concluded that the reason for the difficulties of including them are: declare teachers do not have more information on how to make the inclusion, and thus change their teaching strategy for the inclusion really become effective; the reluctance of some to change what is laid;* difficulty some students with special educational needs to accept its own difficulties.
.

KEYWORDS: *Inclusive Education. Special Educational Needs. Campo Mourão.*

[1] Artigo de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão, área de Educação.

[2] Pós-Graduação em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão (Faculdade Eficaz de Maringá/ PR). Contato: silvanavalerio@hotmail.com

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado no Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão, durante os meses de abril e maio de 2016. O seu objetivo é relatar as dificuldades de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e procurar possíveis respostas de por que isso ocorre. O trabalho foi realizado através de pesquisa documental, bibliográfica e entrevista com a equipe pedagógica e professores. Este estudo apresenta grande importância a partir da identificação da grande quantidade de alunos com necessidades educacionais especiais que vem sendo matriculados nos últimos anos e que não estavam sendo respeitados em seu direito de inclusão.

Neste colégio a entrada de estudantes que necessitam inclusão iniciou na década de 90, porém não havia naquele período a preocupação de incluí-los no processo. Assim sendo, eles estudavam sem um acompanhamento maior nas suas dificuldades. Somente mais tarde, em meados de 2013, diante do aumento das matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais e com a entrada de funcionários especializados, iniciou-se o acompanhamento destes alunos e o processo de inclusão dos mesmos.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2.1 O que é Educação Inclusiva

De início deve-se observar o significado do vocábulo “inclusivo”. De acordo com Houaiss (2011), significa “que inclui ou pode incluir; que abrange, compreende”, advindo daí vejamos a palavra “incluir”, que significa “(1) fazer que seja parte de (grupo, lista, todo, etc.); inserir(-se). (2) conter em si; compreender, abranger. (3) trazer em si; implicar, envolver”. Poderíamos dizer então que Educação Inclusiva é a educação que abrange a todos?

Brasil (2008), sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, não traz uma definição exata do significado do termo “Educação Inclusiva”, mas alude a ele com um significado maior, a de que se refere a uma luta mundial, sob todos os aspectos, política, cultural, social e pedagógica,

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br
Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

"em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação".

Conforme Rodrigues (2008), em Portugal, a lei 3/2008, coloca a Educação Inclusiva como aquela que visa uma equidade na educação, proporcionando igualdade de direitos, tanto no acesso como nos resultados. Este mesmo autor coloca que a Educação Inclusiva deve como que "reformar" a forma de educar, onde se deve inovar as práticas e metodologias adotadas para que os alunos possam aprender juntos, isto é, sem serem separados por qualquer motivo ou pretexto, mas é claro, dedicando uma atenção especial àqueles que são mais vulneráveis e expostos à exclusão.

2.2 Marcos Históricos da Educação Inclusiva

2.2.1 Mundo

A história da pessoa com deficiência é marcada por muito preconceito e exclusão. Porém, no decorrer da história alguns fatos internacionais marcam sobremaneira os direitos das pessoas com necessidades especiais.

Conforme Aranha (2004), a Declaração de Salamanca (1994), teve como objetivo específico a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais, estabelecendo um projeto de que todas as escolas de ensino regular deveriam receber todas as crianças independentemente de suas condições.

Segundo Brasil (2008), a Convenção de Guatemala, ocorrida em 1999, declara as pessoas com necessidades especiais portadoras dos mesmos diretos humanos e liberdades fundamentais das demais pessoas. Esta convenção também define que toda diferenciação ou exclusão, que impeça o exercício destes mesmos direitos e liberdades, seja declarada como discriminação.

Também de acordo com Brasil (2008), em 2006 foi aprovada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que "estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão" e propõe a adoção

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br
Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

de medidas para que a deficiência que a pessoa tenha não seja motivo para sua exclusão do sistema educacional, em qualquer nível de ensino e que este ensino seja de qualidade e gratuito em igualdade de condições com os demais.

2.2.2 Brasil

Pontua-se aqui alguns momentos importantes para a inclusão de alunos com necessidades especiais. De acordo com Brasil (2008), no Brasil o trabalho junto às pessoas com deficiência iniciou em 1854 com o Imperial Instituto dos Meninos Cegos no Rio de Janeiro. E, somente 100 anos depois, em 1954 surge a primeira APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. E em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, coloca os "excepcionais" como pessoas com direito a educação dentro do sistema nacional de ensino do país.

A Constituição Federal de 1988, em vários momentos, direta ou indiretamente, se reporta a esta questão: em seus objetivos fundamentais, art.3º inciso IV, lê-se "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; art. 205º "a educação, direito de todos e dever do Estado (...)"; no art. 206º inciso I " igualdade de condições para acesso e permanência na escola"; no art. 208º inciso III "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino"; e no art. 227º parágrafo 1º, inciso II "criação de programas de prevenção de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos."

Ainda conforme Brasil (2008), em 1994 é criada a Política Nacional de Educação Especial, a qual coloca a possibilidade de acesso às classes regulares os alunos com necessidades especiais, desde que consigam acompanhar as atividades programas e no mesmo ritmo dos alunos chamados "normais".

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

Aranha (2004) cita o Decreto 3.298/99, o qual descreve a educação especial como uma modalidade transversal a todas as séries escolares, independentemente da modalidade de ensino.

A partir do ano 2000 várias leis surgiram, ampliando os diretos das pessoas com necessidades especiais. Conforme Aranha (2004), em 2001 surgem 3 documentos importantes relacionados à educação especial:

- É aprovado o Plano Nacional de Educação, o qual estabeleceu objetivos e metas para a educação especial.
- O Brasil promulga, através do Decreto 3.956/01, a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, onde o país se compromete a tomar todas as medidas necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas “portadoras de deficiências e proporcionar sua plena integração à sociedade (...)”.
- As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, aprovada pela Resolução CNE/CEB nº02/200, que declara a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos, independente de sua necessidade específica.

De acordo com Brasil (2008), segue outras leis e datas importantes: Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras; a Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille; em 2003 o Ministério da Educação e Cultura implementa o Programa Educação Inclusiva; o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida; o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular; e em 2005 são organizados centros de referência na área das altas habilidades/superdotação para o atendimento educacional especializado.

2.2.3 Paraná

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

De acordo com Paraná (2006), o Estado do Paraná foi responsável por criar no país a primeira escola especial, o Instituto Paranaense de Cegos, em 1939; a primeira classe especial na rede pública em 1958 e o primeiro serviço de Educação Especial, em 1963. Porém, apenas na década de 1970, com a estruturação do Departamento de Educação Especial da SEED, houve um aumento das atividades na rede pública de ensino, expandindo as classes especiais para vários municípios do estado. Sendo somente em 2003, realizado no estado o primeiro Concurso Público para Professores da Educação Especial.

Segundo Meletti (2014), "No Brasil, a escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais constituiu-se por meio de serviços paralelos à educação regular, implementados, prioritariamente, em espaços segregados de ensino", e no Paraná não foi diferente. De acordo com Paraná (2006), devido ao descaso do Estado em atender as pessoas com necessidades especiais, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) surge, em vários municípios do Estado, para atender esta demanda. E também "por constituir a única possibilidade de atendimento especializado nos municípios, passou a incorporar, além da deficiência mental, alunos com deficiências sensoriais, além dos chamados distúrbios de comportamento e/ou emocionais".

Conforme Meletti (2014), em 2008 foi aprovado o Decreto nº 6571/2008, que dispões sobre o Atendimento Educacional Especializado, implementado pela Resolução CNE/CEB nº4/2009, o qual instituiu as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Porém, no Paraná, esta resolução não foi acatada porque, segundo a autora, "neste estado, a educação especial consolidou-se em instituições especiais filantrópicas".

Ainda de acordo com Meletti (2014), em 2011, o Estado do Paraná publica a Resolução 3600/2011, que altera a nomenclatura das Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, modalidade Educação Especial. E em 2013, o governo do Paraná institui o programa 'Todos Iguais pela Educação', consolidando assim a "hegemonia das Instituições especiais filantrópicas".

> Assim, na contramão do que está determinado no Decreto 7611/2011, o estado do Paraná admite a permanência de alunos com necessidades educacionais exclusivamente em instituições especiais, sem a obrigatoriedade da matrícula em escolas regulares. Mais do que isso, legitima a incorporação dessas instituições no sistema de ensino que se

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

> estrutura, nacionalmente, em uma perspectiva inclusiva (MELETTI, 2014, p. 8).

Dessa forma, o Estado do Paraná se situa de maneira contrária ao que foi determinado no Decreto 7611/2011, permitindo que alunos com necessidades educacionais especiais permaneçam exclusivamente em instituições especiais.

3. Metodologia

A área de estudo caracteriza-se como Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão, que iniciou suas atividades em 1977. Em 1982 recebeu o reconhecimento do curso de segundo grau regular com habilitação em Técnico Agropecuário. Em 2004, cria-se a educação de Nível Técnico em Agropecuária, mantendo distintamente o Ensino Médio, passando o estabelecimento a denominar-se Colégio Agrícola Estadual de Campo Mourão – Ensino Médio e Profissional. Em 2009 foi adequada a nomenclatura do estabelecimento de ensino passando a denominar-se Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão.

O CEEPA Campo Mourão atende em regime de internato (masculino) e semi-internato, período integral (matutino e vespertino), possuindo apenas o Curso Técnico em Agropecuária com Currículo Integrado ao Ensino Médio, com duração de 3 anos.

Neste ano de 2016, o CEEPA Campo Mourão conta com 216 alunos matriculados, na faixa etária entre 14 e 18 anos. Estes alunos estão divididos em 3 turmas de 1º ano (93 alunos), 3 turmas de 2º ano (73 alunos) e 2 turmas de 3º ano (50 alunos). Sendo que do total, 98 estão no regime de internato. A maioria dos alunos possui algum vínculo com a atividade rural (agricultura/pecuária).

Atualmente o corpo docente é composto por 29 professores, sendo 19 das disciplinas da base comum e 10 da base específica. Quanto aos funcionários, a equipe é composta por 49 pessoas.

No Plano Político Pedagógico (2006), consta no Ato Conceitual, Fundamentos pedagógicos, uma alusão à Inclusão Educacional, onde a escola se coloca como uma escola inclusiva “quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas”.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

Para a realização do presente trabalho foi feito uma pesquisa exploratória, observando os casos existentes no Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão e os encaminhamentos dados a cada caso em particular. Segundo Gil (2008):

> As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas.

Para isso foram entrevistados a equipe pedagógica que atendeu estes alunos, e observado os encaminhamentos propostos, e os professores e funcionários que trabalham com estes alunos. Também foram pesquisados os registros escolares sobre as necessidades especiais destes referidos alunos.

4. Análise dos Resultados e Discussões

Faz-se necessário reportar Brasil (1998), nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares, aonde diz que:

> A expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se a crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculada a deficiência(s).

Isto deve ser posto, devido ao fato de não haver na escola alunos oriundos de escolas de educação especial.

As primeiras matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no CEEPA Campo Mourão datam a partir de 1996, porém, na maioria dos casos, não há registros formais (laudos médicos) da deficiência destes alunos, apenas relatos informais de professores e funcionários que já trabalhavam na escola nesta data. No quadro 1 estão citados alguns casos deste período (os nomes dos alunos foram alterados para preservar a identidade dos mesmos):

Quadro 1: Relação aluno/ano de matricula/deficiência relatada do CEEPA Campo Mourão de 1996 a 2012.

Nome	Ano de matrícula	Deficiência relatada

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

Aluno 01	1996	Dislexia (1)
Aluno 02	2006	Dificuldade de aprendizagem (2)
Aluno 03	2007	Dificuldade de aprendizagem (2)
Aluno 04	2007	Dificuldade de aprendizagem (2)
Aluno 05	2008	Dificuldade de aprendizagem (3)
Aluno 06	2010	Dificuldade de aprendizagem (2)
Aluno 07	2012	Dificuldade de Aprendizagem (2)

Fonte: Próprio autor
(1) apresentou laudo médico.
(2) dificuldade relatada pelos professores e funcionários.
(3) possuía laudo, mas a família não permitiu que fosse anexado aos documentos escolares.

A partir do ano de 2013, devido à entrada de profissionais na área pedagógica especializados em educação inclusiva, iniciou-se uma segunda etapa onde, a apresentação de laudos médicos e relatórios da sala de recursos do ensino fundamental II, foram anexados as pastas individuais dos alunos. No Quadro 2 estão os alunos citados como fazendo parte desta segunda etapa (os nomes dos mesmos foram alterados para preservar sua identidade):

Quadro 2: Relação aluno/ano de matricula/deficiência relatada do CEEPA Campo Mourão de 2013 a 2016.

Nome	**Ano de matrícula**	**Deficiência observada**
Aluno 08	2013	Transtorno do processamento auditivo (central) do tipo decodificação (1)
Aluno 09	2015	TDA + Dislexia (1)
Aluno 10	2015	Ceratocone (distrofia de córnea) acuidade visual 20/200 (O.D. lente 6º) e 20/50 (O.E. lente 3 ½º) (1)
Aluno 11	2015	TDA/H (1)
Aluno 12	2015	TDA/H (1)
Aluno 13	2016	TDA + Dislexia (1)
Aluno 15	2016	Dificuldade de Aprendizagem (2)
Aluno 16	2016	TDA + Disgrafia (1)

Fonte: Próprio autor
(1) apresentou laudo médico
(2) apresentou relatório de sala de recursos do Ensino Fundamental II

Com relação a estes alunos, aqui relatados como da 2ª etapa, a equipe pedagógica informou aos professores as dificuldades relatadas pelas famílias dos mesmos e orientou aos profissionais quais as medidas legais a serem tomadas. Depois, entregou um material escrito, onde estavam as orientações quanto às adaptações curriculares dos alunos com necessidades educacionais especiais, da

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

seguinte maneira: nome do aluno, série, diagnóstico, data do laudo, adaptações necessárias. De maneira geral ficou assim colocado:

- Adaptações necessárias ao aluno com Deficiência visual (Ceratocone): sentar em frente ao quadro; ampliação do tempo para desenvolver atividades; letra fonte 20 na ampliação das atividades e avaliações, e sempre que possível, entregar ao aluno atividades impressas e ampliadas.
- Adaptações necessárias aos alunos com TDA/H: sentar-se à frente do quadro, distante da porta e/ou janela, evitando distrações. Sempre que necessário, em momentos em que o aluno estiver muito agitado e/ou distraído, deve ser liberado da sala de aula por alguns instantes (como válvula de escape), para que sua atenção seja retomada.
- Adaptações necessárias aos alunos com TDA: sentar-se à frente do quadro, distante da porta e/ou janela, evitando distrações. Sempre que necessário, em momentos em que o aluno estiver muito agitado e/ou distraído, deve ser liberado da sala de aula por alguns instantes, para que sua atenção seja retomada.
- Adaptações necessárias aos alunos com Dislexia: sentar-se próximo a mesa do/a professor/a; ler as questões e/ou enunciados em voz alta e certificar-se que a proposta foi compreendida. Sempre que possível, realizar as avaliações orais e com tempo ampliado; evitar exigir de o aluno ler em voz alta; dar preferência às respostas orais; fazer revisões frequentes; evitar fazer com que o aluno copie do quadro, quando possível oportunize cópia do conteúdo impressão; se for aplicar avaliação escrita, oportunize mais tempo para a realização da mesma.
- Adaptações necessárias ao aluno com Disgrafia: os professores devem evitar repreender o aluno quanto “à letra feia”. Reforçar o aluno de forma positiva sempre que conseguir realizar uma conquista. Utilizar uma boa didática de escrita no quadro, dividindo-o corretamente e destacando os títulos e subtítulos. Usar canetas de cores diferentes e letras grandes e legíveis. Na avaliação escolar dê mais ênfase à expressão oral. Evitar o uso de canetas vermelhas na correção dos cadernos e provas. Conscientizar o aluno de seu problema e ajuda-lo de forma positiva. Providenciar instruções e oportunidades para aperfeiçoar a caligrafia.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

- Adaptações necessárias ao aluno com Deficiência auditiva – Transtorno do Processamento Auditivo (central) do tipo decodificação: sentar-se preferencialmente próximo ao professor, enfatizando a visão do interlocutor, longe de portas e janelas, para que haja redução do ruído.

Foi observado, junto aos professores, que o atendimento a essas adaptações curriculares está sendo realizado pelos mesmos, ou seja, apenas adaptações de pequeno porte. Mas ressalta-se que essas adaptações ficaram apenas no âmbito do que foi orientado por escrito. Não houve, por parte da maior parte dos professores, alguma mudança na estratégia de ensino, para que se pudesse fazer a inclusão dos alunos, ou seja, houve apenas a sua adaptação. Segundo alguns dos professores, isso ocorre devido ao fato deles não terem maiores informações de como fazer a inclusão, e assim mudar a sua estratégia de ensino de forma que a inclusão realmente se efetive. E em alguns momentos, mas de maneira muito velada, apresentou-se uma certa resistência por simplesmente ter que mudar aquilo que já está posto.

Também pode-se perceber uma “barreira” levantada pelos próprios alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Vale aqui relatar dois casos:

- O aluno 10, que apresenta deficiência visual, não aceitou que a escola fornecesse lentes de aumento para facilitar a leitura. Em outra situação, as vezes o professor, por esquecimento, acaba esquecendo de imprimir o texto para este aluno com letra na fonte 20, ao professor perceber o erro e tentar trocar o texto, o aluno não aceita a troca.
- O aluno 12, que apresenta TDA/H, relatou que desde o início deste ano havia parado de tomar a medicação prescrita pelo médico (Ritalina), por achar que não precisava mais. Este depoimento ocorreu após ele perceber que suas notas, relativas ao 1º bimestre/2016, havia ficado bem abaixo do esperado, e ele complementou que voltaria a tomar a medicação.
- O aluno 13, que apresenta TDH + Dislexia, iniciou o ano letivo sem apresentar os laudos médicos que relatavam seu problema, a família nem mesmo relatou informalmente a questão. Ao findar o 1º bimestre do ano letivo de 2016, as notas deste aluno foram extremamente baixas. Só então, o aluno e família, vieram relatar o problema e trazer todos os laudos médicos.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br
Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

Esta “barreira” denota uma falta de aceitação, tanto do próprio indivíduo como da família, acerca da sua necessidade.

Enquanto alguns alunos aparentam ter vergonha do seu problema outros o assumem e lutam bravamente para superá-lo. Este é o caso do aluno 16, que apresenta TDA + Disgrafia. Ele tem acompanhamento psicológico regular. A psicóloga que o atende já esteve na escola, passando para a equipe pedagógica, como deve ser o trabalho feito com ele. Como ela mesma disse “este aluno é um excelente paciente”, e isso só trouxe ganhos a ele mesmo. Neste 1º bimestre de 2016, da sala em que ele estuda, foi o 1º lugar em nota mais alta da turma (ficando com nota média bimestral 7,0). Mas o que acontece com ele? Foi ofertado a ele as mesmas adaptações (acima citadas) que foram ofertadas aos outros alunos, mas ele soube aproveitar melhor todas elas, além do imenso interesse em aprender. Durante as aulas ele apresenta total interesse pelas mesmas, presta atenção a toda a explicação, ele simplesmente não “desgruda” os olhos do(a) professor(a), acompanhando-o(a) em toda sua explicação. Complementando o que disse a psicóloga, além dele ser um excelente paciente, provavelmente ele também seja um excelente aluno.

Com relação aos documentos escolares, de acordo com Bacaro [ca2016], as adaptações curriculares devem estar contidas no Projeto Político Pedagógico. No caso do CEEPA de Campo Mourão o Projeto Político Pedagógico em vigor data de 2012. A direção da escola já informou que ele deverá ser reformulado no corrente ano, visto que houveram diversas mudanças na escola que devem constar no referido documento, umas delas deverá ser então as adaptações curriculares destinadas aos alunos com necessidades educacionais especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este trabalho sobre as dificuldades encontradas na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão, pode-se observar que as maiores dificuldades encontradas para a inclusão ainda é a falta de informação e interesse demonstrada pela equipe docente e a falta de aceitação dos próprios alunos, e familiares, de sua necessidade educacional especial. Deve-se, baseado nestas

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

informações, auxiliar os docentes na busca de informações de como efetivar a inclusão destes alunos e com relação àqueles professores que não estão abertos à mudança, tentar conscientizá-los do seu papel enquanto professor, da função social do professor, que é o “seu papel dentro da sociedade” (FREITAS, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. (Org). **Educação Inclusiva: Fundamentação Filosófica**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2004.

BACARO, P. E. F. **Adaptações Curriculares**. Maringá: Faculdade Eficaz/Pós Graduação, [ca2016]. 23 p. Apostila.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988

BRASIL. Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Cartilha Direito das Pessoas com Deficiência**. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/defesa-direitos-pessoas-especiais/cartilhas/03_CARTILHA%20-%20DIREITOS%20DAS%20PESSOAS%20COM%20DEFICIENCIA.pdf. Acesso em 19/05/2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

CEEPA DE CAMPO MOURÃO. **Plano Político Pedagógico**. 2012.

FREITAS, C. C. R. de. A função social do professor: concepções em conflito. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, ano 10, Nº15, 2012. Disponível em: http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN1506%20Artigo%20Carmen%20Freitas.pdf. Acesso em: 21/05/2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss Conciso**. São Paulo: Moderna, 2011.

|44| 3029-9094 / 3227-4046
www.faculdadeeficaz.com.br

Av. João Paulino Vieira Filho,729
CEP: 87020015 - Maringá / PR

MELETTI, S. M. F. Indicadores Educacionais sobre a Educação Especial no Brasil e no Paraná. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol.39 no.3, Julho/Setembro, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000300009&lng=pt&nrm=iso&tlng=em. Acesso em 19/05/2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial. **Diretrizes da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos**. Curitiba, SEED: 2006.

RODRIGUES, D. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v.4, n.1, p. 33-40, janeiro/junho de 2008.